

CAMARADES, CE CI N'EST QU'UN COMMENCEMENT. POUR EN SAVOIR PLUS LONG SUR VOUS-MÊMES, POUR RECONNAÎTRE RAPIDEMENT VOS POSSIBILITÉS, LISEZ LA REVUE "INTERNATIONALE SITUATIONNISTE". LE NUMÉRO 11 VIENT DE PARAITRE, BOÎTE POSTALE 307 03 PARIS,

internationale situationniste

CONSTRUIR A CIDADE GENÉRICA*

FRANCISCO JARAUTA**

RESUMO O texto discute a importância da reflexão sobre a arquitetura nos contextos político, social e cultural das cidades contemporâneas, acompanhando as mudanças introduzidas pelas novas formas civilizatórias. Aponta a configuração da cidade genérica como um novo espaço urbano e um laboratório de relações que se confronta diretamente com o modelo herdado da antiga cidade. Dialoga com o pensamento de arquitetos e filósofos sobre questões que emergem da nova configuração da cidade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE Arquitetura radical. Cidade contemporânea. Internacional Situacionista.

BUILDING THE GENERIC CITY

ABSTRACT Abstract: The importance of the reflection on architecture in the political, social and cultural contexts of the contemporaneous cities, side by side with the changes introduced by the new civilizing forms is discussed. The generic city configuration is seen as a new urban space and a laboratory of relationships that is directly confronted with the ancient city inherited model. The architects' and philosophers' thought on issues emerging from the new configuration of the contemporaneous city is approached.

KEYWORDS Radical architecture. Contemporaneous city. Situationist International.

* Versões deste artigo foram publicadas em *Salamanca: Revista de Estudios*, n. 49, 2002, e *DC Papers – Revista de Crítica y Teoría de la Arquitectura*, n. 23, jun. 2012.

**Catedrático de Filosofia da Universidad de Murcia (Espanha). Membro dos comitês científicos da Fundación Botín, do World Political Forum e do Instituto Europeo di Design/Madrid. *E-mail*: <fjarauta@gmail.com>.

Revisão técnica da tradução, referências, resumo e palavras-chave de Marília Andrés Ribeiro – Diretora da C/Arte Projetos Culturais, Vice-presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte e Presidente do Instituto Maria Helena Andrés.

O debate sobre a arquitetura contemporânea deixou de ser hoje um debate autorreferencial. Se nas últimas décadas a discussão tinha se limitado ao círculo da discussão pós-moderna – atenta principalmente a determinados experimentos formais e estéticos –, a partir dos anos 1990 os problemas são outros e a arquitetura se apropria de uma série de novos contextos políticos, sociais e culturais, próximos às grandes mudanças que definem e caracterizam a nossa época. Essas mudanças são pensadas a partir de uma dimensão globalizada que, por um lado, permitiu a superação de certos esquemas interpretativos e críticos, e, por outro, levou a arquitetura a se questionar sobre novos problemas, mais próximos às condições advindas das mudanças culturais do habitar humano.

O mapa que decorre dessa mudança de posição é surpreendente. A arquitetura passou a ser, neste momento, um dos laboratórios de análise e discussão mais ativos em relação ao debate contemporâneo sobre as grandes mudanças civilizatórias que a humanidade está realizando. Essa relação com a época atravessa, hoje, duas frentes complementares de questões que, na sua articulação, possibilitam um novo discurso e novas propostas.

A primeira tem a ver com a emergência de novos problemas, advindos principalmente do crescimento da população mundial e de sua distribuição urbana. Assistimos, ao longo do século XX, a uma mudança qualitativa de consequências incalculáveis. Dos 1,3 bilhões de habitantes do início do século, passamos a 7 bilhões no final do século XX. Dessa população, em 1900 apenas 10% viviam nas cidades; no ano 2000, a população urbana superava 65%, indicando um processo irreversível que não é necessário comentar aqui, mas que anuncia uma transformação radical no mapa urbano herdado do século XX. Sem aprofundar a análise, o fator demográfico foi um dos agentes mais importantes da transformação do mundo contemporâneo. Uma leitura cuidadosa da análise de Paul Kennedy ou do *Global Urban Observatory* nos permitirá situar este problema como a matriz mais dinâmica em relação a outros numerosos problemas que ocorrem da mesma forma, aspectos

que se relacionam aos fluxos migratórios, ao aparecimento de novas concentrações urbanas, ao empobrecimento dos sistemas de vida e à crise das identidades culturais. Bastaria lembrar que, das 33 megalópoles anunciadas para 2015, 27 estarão localizadas nos países menos desenvolvidos, entre as quais 19 estarão na Ásia.

Esse mapa humano, perante o qual fica difícil se manter neutro, levanta novos e prementes interrogantes de que a arquitetura contemporânea se apropriou. Em primeiro lugar, a cidade passou a ser um dos problemas centrais da discussão e se transformou no espaço que melhor articula todas as variantes culturais, sociais e antropológicas com as quais a arquitetura dialoga. Nela convergem processos complementares que apontam a urgência de uma reflexão.

Em contrapartida, é um processo de desterritorialização progressiva do que é político, uma vez que a cidade passa a ser o lugar mais real politicamente falando.

A abstração crescente que atinge os sistemas de representação política – inscritos na tendência de uma globalização cada dia mais forte – e a defesa do que é local como espaço e marco de identificação básica adquirem uma dimensão nova que pode ser concretizada em todas aquelas dimensões que definem, social e culturalmente, o projeto de uma sociedade determinada. Esse espaço coincide com o território do que é considerado local, seja a cidade, seja a região etc. Mas de todas essas variantes é a cidade a que melhor define a particularidade específica das formas de habitar. Nasce assim uma complexidade nova, que na tensão entre global/local se coloca direcionada para a defesa daqueles sistemas de representação capazes de atuar como referentes funcionais do social, do cultural e do político. Na cidade é projetado e construído o espaço social, são trocados sistemas simbólicos, que a partir da apropriação individual fazem com que seja possível uma identidade cultural básica e transitória.

Porém, ao mesmo tempo, a cidade se transformou no espaço por excelência de representação e expressão das novas tensões sociais, culturais e políticas do mundo contemporâneo.

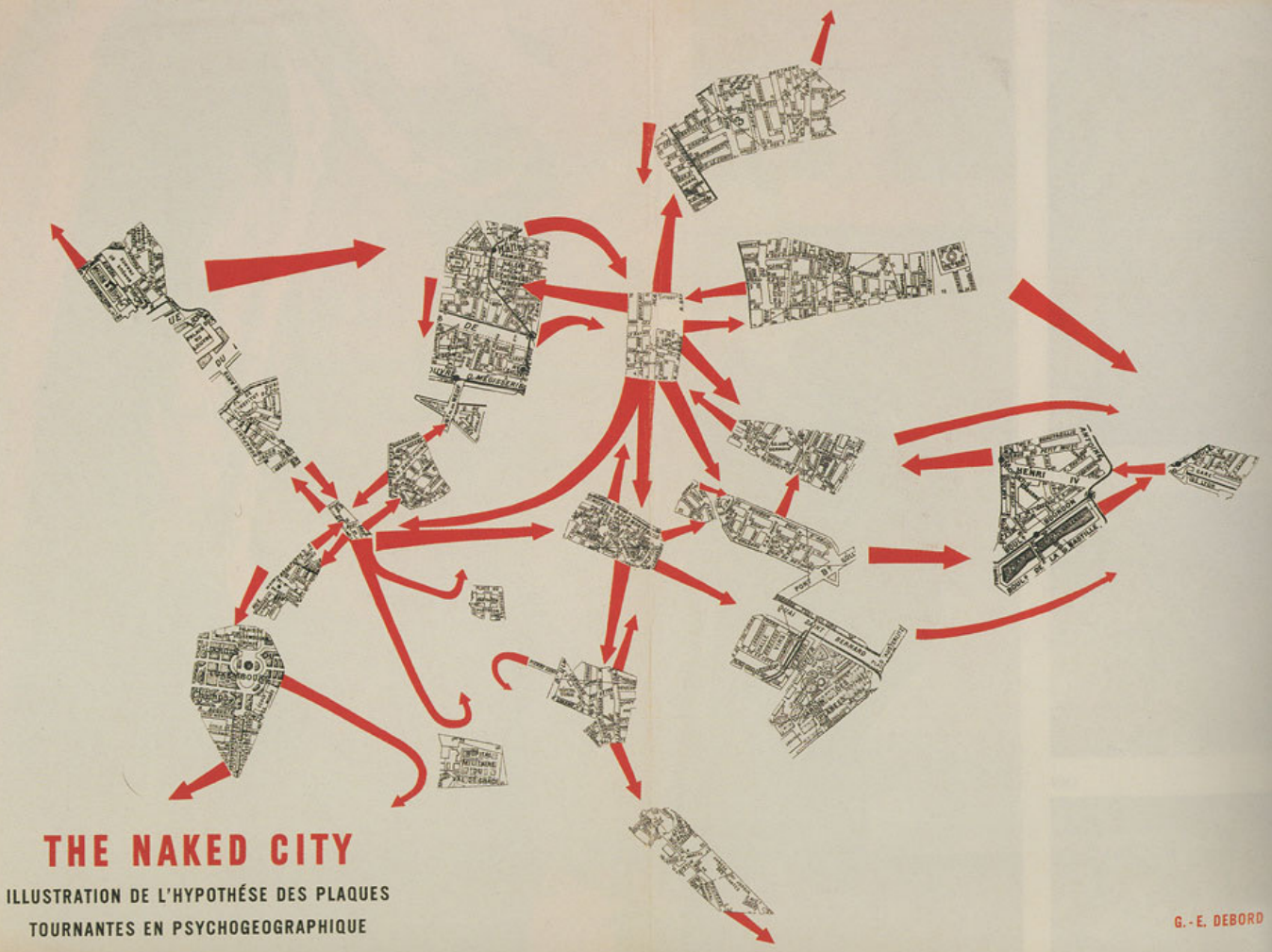
Porém, ao mesmo tempo, a cidade se transformou no espaço por excelência de representação e expressão das novas tensões sociais, culturais e políticas do mundo

A cidade se transformou no espaço por excelência de representação e expressão das novas tensões sociais, culturais e políticas do mundo contemporâneo

contemporâneo. Paradoxalmente, a primeira variante que a transformava no espaço mais real, politicamente falando, é acompanhada pelo efeito proveniente de uma nova complexidade que problematiza o aparente efeito identitário que lhe tinha sido atribuído. A cidade é, cada vez mais, o cenário de derivas e fluxos, encontros e fugas produzidos no território que articula os sujeitos que a percorrem, suas formas de vida, suas necessidades e ansiedades. As marcas, os sinais de diferenciação e identidade ou reconhecimento constituem uma economia do simbólico que Richard Sennet ou Paulo Virilo identificaram em sua dimensão funcional. São elas as que articulam o difícil equilíbrio – cada vez mais frágil – das novas complexidades sociais.

É assim que surge um novo território urbano, que Rem Koolhaas definiu como a *cidade genérica*. Cenário da nova complexidade, é constituído na forma urbana que transforma os esquemas da cidade histórica, sua memória e força simbólica, para se deslocar em direção ao lugar neutro da coexistência de grupos sociais, culturais, de gêneros, línguas e religiões diferentes. A *cidade genérica* passa a ser o novo laboratório de relacionamentos, olhares, tolerâncias e reconhecimentos que confrontam diretamente o modelo herdado da antiga cidade, dominada pela memória de um tempo sobre o qual se construía a história de uma identidade. O novo *corpo social* – como escrevera Foucault – se apresenta a partir das marcas de múltiplas diferenças reunidas apenas no provisório e frágil modelo dos novos relacionamentos sociais. Não se trata de uma identidade construída a partir do segmento dominante dos tempos comuns, mas sim da interferência de tempos e vozes, de memórias e narrações diferentes.

Porém, ao mesmo tempo, a *cidade genérica*, que se constrói de acordo com a lógica da expansão e da acumulação, representa outro modelo de conceber e mostrar a cidade. O enfraquecimento de uma identidade dominante é seguido pela produção de uma estrutura urbana radial e periférica, que Pierre Bourdieu analisou cuidadosamente compreendendo-a como o lugar da representação negada do social. A *cidade genérica* produz um novo ser social, construído de matéria híbrida das diferenças, das ausências forçadas pela distância do lugar de origem, da voz suspensa, do olhar extraviado. Esse novo ser social irrompe na *cidade genérica* descentralizando seu sistema simbólico de poder, aquele que nomeia e legitima os nomes e rituais da história hegemônica.



Guy Debord, "Naked City" - Mapa Psicogeográfico de Paris, 1957

Habitar a *cidade genérica* implica se situar no espaço aberto das estruturas difusas geradas pelos fluxos humanos que percorrem a cidade. Esse novo território constitui hoje um desafio crescente para o trabalho de projeção e urbanização que a arquitetura precisa resolver. Os referentes, a partir dos quais é possível pensar nas respostas, agora estão condicionados, tanto pelas complexidades novas, quanto pelas possibilidades de respostas definidas a partir das novas tecnologias. É esse novo lugar, no qual de alguma maneira convergem os problemas e as disponibilidades técnicas, que faz com que o trabalho da arquitetura demande hoje novas respostas. Possivelmente, o que ficou para trás é uma tradição difícil de restaurar e que

encontrava nos princípios do humanismo as referências programáticas para pensar o projeto. Hoje, tudo mudou, e projetar está ligado à necessidade de interpretação e decisão política sobre o território emergente do mundo.

Porém, entre as ideias e os fatos se abre, novamente, a fenda dos usos e esquecimentos. Sempre que retornarmos a uma nova leitura dos ideais da arquitetura do século XX, até à crise do movimento moderno, chegaremos a pensar que sua dificuldade, para não dizer fracasso, foi não ter conseguido ser uma ferramenta eficaz para a construção de formas políticas democráticas ou teorias da igualdade social, tal como Georges Bataille assinalara, já em alguns dos seus escritos do *Collège de sociologie*. A cidade e o projeto foram sempre pensados a partir da necessidade, não da forma ou do cânone, mas sim da própria noção de liberdade. É acertadíssima a opinião de Jeffrey Kipnis, quando insiste na pertinência de considerar o valor social e cultural da liberdade como uma das metas da arquitetura, uma meta sempre comprometida com o conflito entre o individual e o coletivo; uma abstração que é discutida sem possibilidade de resolução por meio de teorias políticas e filosóficas, mas que se encontra na base de toda forma de civilização. Não por acaso, seria necessário voltar a pensar na democracia como uma forma política e na sua construção como o trabalho central de um sujeito que contribuisse para a complexa determinação das formas de vida entendidas em seu sentido mais amplo.

Partindo dessa perspectiva, a arquitetura incide de maneira direta no território culturalmente determinando, pensando e decidindo sobre o sistema possível de formas que definem o projeto. Porém, o projeto deve pensar inevitavelmente na tensão daquele território para fazer com que sejam possíveis liberdades provisórias em situações concretas, liberdades como as experiências, como as sensações ou como aqueles efeitos que acompanham a experiência. Essa fronteira que percorre os extremos da liberdade como princípio social foi o território preferido daqueles que

Essa fronteira que percorre os extremos da liberdade como princípio social foi o território preferido daqueles que participaram da *Internacional Situacionista*

participaram da *Internacional Situacionista*,¹ no final dos anos 1950. Sua luta foi idealizada pela conquista da liberdade no marco privilegiado da cidade, pensado como o lugar natural dos conflitos sociopolíticos e das novas mudanças sociais. Desde a *dérive* de Guy Debord – compreendida como uma técnica de trânsito fugaz através de situações que mudam – até o projeto *New Babylon* de Constant, foi elaborada uma série de ideias e de projetos, cuja intenção principal não era outra senão a de construir espaços abertos para sujeitos nômades, cuja forma de vida sempre transitória se definia de acordo com a lógica dos acontecimentos, tal como foi sugerido mais tarde pela *Walking City*, projeto realizado por Archigram em 1963.

Da mesma forma, os componentes do movimento *Arquitetura radical* (1965-1975) questionaram o modelo de sociedade industrial e seus projetos urbanos como estavam se desenvolvendo nos anos 1960 na Europa. Andrea Branzi dava uma primeira interpretação dela: “A arquitetura radical se situa no interior de um movimento mais amplo de liberação do homem das tendências da cultura contemporânea, uma liberação individual entendida como rejeição a todos os parâmetros formais e morais que, agindo como estruturas inibidoras, atrapalham a realização plena do indivíduo”. É, nesse sentido, um *lugar cultural*. De fato, esse *lugar cultural* remetia ao amplo debate de ideais que percorre de forma plural as diferentes disciplinas que orientavam a construção de uma civilização industrial, base da atual. Perante ela se afirmavam dois dispositivos complementares: um, dominado pela crítica das formas e legitimações que acompanhava a instrumentalização do movimento moderno, prisioneiro de aplicações e utilidades; outro, a busca de novos procedimentos para construir novos territórios sobre os quais reinventar a ordem do cotidiano. Tanto em um aspecto quanto no outro, coincidem uns e outros ao se apropriar da crítica de uma ideologia da forma, de um positivismo da função e da mecanização, causas principais de um processo crescente de abstração e homologação que deixa a porta aberta para o abandono das condições humanas do projeto. Esse conflito entre o público e o privado, entre o indivíduo e a sociedade, que já tinha sido apontado pelos situacionistas, voltava agora com novos argumentos e projetos, enquadrado em um contexto cultural e político novo.

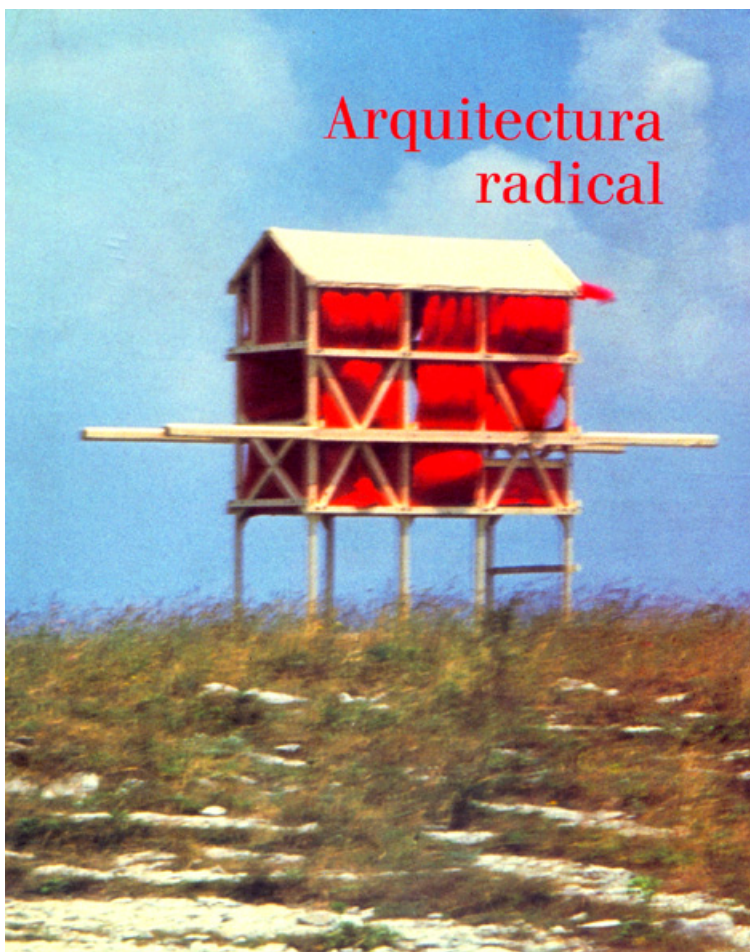
Tratava-se de uma crítica que, já a partir dos anos 1950, percorria da mesma forma as abordagens da arte e da arquitetura, situadas então em uma distância crítica

1. Situacionismo é um movimento de artistas que ocorreu na Europa, nos anos 1950/1960, que propunha fazer o mapeamento afetivo das cidades, por meio da ação “à deriva” dos artistas nas ruas. O principal articulador do movimento foi Guy Debord, que fundou na Itália, em 1957, a *Internacional Situacionista*, cuja revista, editada por mais de dez anos, inaugurou o discurso libertário que ganharia o mundo a partir dos acontecimentos de maio de 1968. Guy Debord foi também o autor do livro *A sociedade do espetáculo*.

2. *Archigram Architects* é um grupo de arquitetos que atuou na Inglaterra, entre 1962 e 1976. Usavam o método de arquitetura pautado pelo desenho. Suas ideias questionavam as convenções formais em favor da livre associação, de proposições futuristas e utópicas e da construção de uma arquitetura efêmera e radical em sintonia com as propostas experimentais da arte contemporânea. Participavam do grupo os artistas Warren Chalk, Dennis Crompton, David Greene, Ron Herron e Michael Webb.

que interroga os princípios do movimento moderno e das vanguardas históricas, os novos humanismos, ou as ilusões do socialismo utópico. Era necessário ir além das confrontações estereis e abrir a cultura do projeto para outros territórios, assim como os situacionistas tinham interpretado. O que estava em jogo era a defesa de um novo uso social da cultura perante o projeto global de uma nova interpretação do que era moderno. Em 1968, Archigram² definia assim as ideias centrais do seu trabalho: “Para os arquitetos, a questão é saber se a arquitetura participa na emancipação do homem ou se opõe a ela quando simula um tipo de vida estabelecido de acordo com as tendências atuais”. Na realidade, tratava-se de plantas e projetos novos, de gestos liberadores diante de uma situação definida a partir dos princípios do movimento moderno.

Catálogo da exposição
Arquitectura Radical,
MUVIM, Valencia, Espanha,
7 nov. - 2 dez. 2001 –
Fotografia de “La Palantina”,
Michele de Lucchi/Grupo
Cavart, 1976



Perante uma realidade construída a partir de pressupostos que o movimento moderno terminava por legitimar, abria-se um novo espaço utópico no qual se podia pensar em outra história, outra cidade, outra forma de habitar. A tensão utópica que tinha atravessado as vanguardas voltava agora ao marco crítico e radical daqueles que pensavam que a arquitetura é feita com ideias e que é o pensamento que define as formas do espaço e da experiência. Provavelmente, o que eles projetavam eram apenas sonhos, que em última instância são a narração de um desejo que insiste e luta contra a fatalidade; mas foram os sonhos que animaram a ideia de uma sociedade utópica para além das condições de que a época tinha se apropriado.

Um olhar para os experimentos dos anos 1960, aos quais nos referimos aqui, cobra uma atualidade maior se pensarmos, como já dissemos, que a arquitetura contemporânea é um dos espaços nos quais, de forma mais direta, incidem os interrogantes acerca da nova civilização. Trata-se, novamente, de definir novos espaços, novas cidades, novas formas de habitar, sabendo que nessa decisão se arrisca uma parte do destino humano, essa pequena e grande história que os radicais dos anos 1960 escolheram como experimento e projeto próprio.

Talvez, seja devido à ansiedade e insatisfação ou ao efeito de uma consciência crítica – amparada no desejo de repensar a tensão e as competências que certo pensamento moderno atribuiu à arquitetura – que uma e outra vez volta a ser citada a breve e taxativa constatação de Mies van der Rohe, escrita para o programa da *Exposição de Construção*, ocorrida em Berlim em 1930, e publicada um ano depois no número 7 da *Die Form*: “A moradia de nosso tempo ainda não existe. No entanto, a transformação da forma de vida exige sua realização”. No final de uma das décadas mais tensas e dramáticas do século, o jovem Mies estabelece uma relação de observação

Perante uma realidade
construída a partir de
pressupostos que o
movimento moderno
terminava por legitimar,
abria-se um novo espaço
utópico no qual se podia
pensar em outra história,
outra cidade, outra forma
de habitar

sobre os fatos – “a moradia do nosso tempo não existe” –, para, contradizendo os fatos, afirmar eticamente a exigência de sua realização. Será a “transformação do modo de vida” o que, em última instância, precipitará e afirmará a sua existência. Uma transformação inexorável que está sendo decidida a partir das condições de uma história submetida aos “estranhos ventos do novo”, como comenta Walter Benjamin.

Apenas alguns anos mais tarde Le Corbusier voltava a questionar as condições do homem moderno e sua forma de habitar: “Os homens estão mal alojados. E está em andamento um erro irreparável. A casa do homem, que não é casa nem miragem, a casa edificada e a casa espiritual, onde ela se encontra? Onde pode ser vista? Em lugar nenhum ou quase em nenhum lugar. É necessário, portanto, quebrar o jogo com imperiosa urgência e se colocar a *construir para o homem*”. A arquitetura não tem outra razão de ser senão aquela de construir para o homem o que constitui uma dialética complexa que percorre em zigue-zague a história das ideias e os mapas do mundo. Uma história que se reescreve continuamente para emergir de acordo com as lógicas não estabelecidas e que nenhuma resposta consegue inicialmente reconduzir. O importante é a disposição que reúne o pensar, o construir, o habitar. *Construir, habitar, pensar (Bauen Wohnen Denken)* era o título da palestra pronunciada por Martin Heidegger, em 5 de agosto de 1951, no marco das Darmstädter Gespräche. A intenção heideggeriana não era outra senão a de abrir uma reflexão sobre o projeto de uma reconstrução que, depois da catástrofe da guerra, fizesse possível “habitar o mundo”. Ele, que foi sempre próximo de Platão, tinha se apropriado da Carta VII, que definia como tarefa de toda filosofia aquela de “salvar a polis”. Deixando para os diferentes momentos da história definir e concretizar o que se entende por “salvar”, e o que é entendido por “polis”, o importante aqui é voltar a pensar na relação interna que rege a ideia de habitar e sua construção. Toda cultura do projeto percorre a tensão de um outro lugar que a história transforma e de um pensamento que imagina e constrói a polis. Fica aberta a possibilidade de um tipo de construção e perguntamos se ela terminará sendo decidida em uma *Blurring Architecture* que percorre os limites dominados pelas sombras, assim como sugere Toyo Ito. Um lugar, como aquele de nossa época, que faz necessária e urgente uma reflexão e a correspondente decisão sobre as novas condições civilizatórias.

Referências

- BRANZI, A. La arquitectura soy yo. In: *Arquitectura radical*. Valencia, MUVIM, 7 nov. - 2 dic. 2001, p. 16-25. (Catálogo de Exposição).
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.
- JARAUTA, F. Arquitetura radical. In: *Arquitectura radical*. Valencia, 7 nov. - 2 dic. 2001, p. 10-15. (Catálogo de Exposição).
- KOOLHAAS, R. *La ciudad genérica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1973.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.